



ARTIGO

DO INCERTO AO INACABADO UMA APROXIMAÇÃO COM A CRIAÇÃO ETNOGRÁFICA

João Biehl¹

¹Princeton University, USA

Essa história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de um livro inacabado porque lhe falta a resposta. Resposta esta que espero que alguém no mundo me dê. Vós?

Clarice Lispector, *A Hora da Estrela*, 1977.

Morre morte.

Catarina Inês Gomes, Livro VI, Dicionário, 2000.

Incompletude

Black Draftee (James Hunter), Alice Neel, 1965



A pintura de Alice Neel de 1965, *Black Draftee (James Hunter)* [Recruta Negro] é um retrato arrebatador. O rosto pensativo de Hunter e a mão em que se apoia são ricamente preenchidos, enquanto suas orelhas e o resto do seu corpo são apenas vagamente esboçados. A imagem inacabada expõe a vida se imprimindo na obra de arte: a artista convidava transeuntes nas ruas de Nova York para que posassem para ela em seu estúdio. Hunter, que disse ter sido convocado para lutar na guerra do Vietnã, nunca mais voltou para uma segunda sessão.

Não sabemos o que aconteceu com Hunter.¹ Mas sabemos quem queria a guerra e o que a guerra fez, e como as guerras antigas e novas tornam evidentes a transitoriedade e o valor de todas as coisas. Traçado por Neel no impulso do momento, o corpo aparentemente invisível desse sujeito fugaz é agora um poderoso lembrete do racismo sistêmico e da luta perene das minorias nos Estados Unidos e em outros lugares pelo pleno reconhecimento político de sua humanidade, em meio a sistemas falaciosos de responsabilização (Almeida 2019; Davis 2003; Gilmore 2007; Glaude Jr. 2020; Ralph 2020; Ribeiro 2018; Robinson 1997; Schwarcz 2013;

Shange 2019; Vitale 2018). O rosto detalhado e expressivo de Hunter evoca a sua singularidade e as incertezas que sobre ele pesam. Ao não retornar para dar continuidade ao retrato, Hunter condiciona a representação. A pintura torna-se inacabada, e esse inacabamento – o mundo em ponto de inflexão e a indefinição do devir da gente simples – é a própria matéria da arte.

Com sua receptividade ao acidental e ao desconhecido e com a incorporação que deles faz, a obra *James Hunter Recruta Negro* apresenta uma estética inquietante e coloca o desafio de investigar mais a fundo a plasticidade das figuras antropológicas, bem como os processos que as forjam. A indeterminação e a incompletude são forças tão generativas na arte e no conhecimento quanto na vida em luta com os espectros da morte.

Como podemos, então, apreender etnograficamente essas fabricações fugidias e as histórias de vida que nelas se cruzam, constituídas por aquilo que não está resolvido, e trazer essa incompletude para a nossa narrativa?

Em que medida as abordagens teóricas estabelecidas iluminam – ou não – realidades político-econômicas e sociais emergentes?

Como podemos explicar os potenciais criativos e destrutivos das pessoas, moldados tanto pela necessidade e pelo desejo quanto pela arbitrariedade e pelo medo?

Como podem os devires dos nossos interlocutores servir como figuras alternativas de pensamento – assim como os movimentos, as repetições e os contraconhecimentos que os processos de *tornar-se* esculpem?

E que maneira de teorizar e tipos de compromissos éticos, políticos e afetivos podem oferecer uma espécie de prumo quando as âncoras da verdade estão à deriva?

Plasticidade

As criações etnográficas se originam da incompletude dos nossos interlocutores e da plasticidade dos seus modos de vida e mundos locais – incompletude e plasticidade que vão ao encontro de nossas inquietudes e expandem a ecologia de saber que habitamos (Krenak 2019). Este ensaio enfatiza a dimensão inacabada das pessoas no contexto de um Brasil quebra-cabeça, marcando futuros num cotidiano violento e incerto e tornando-se algo distinto por meio de relações, coisas, reivindicações, cuidado e imaginação. A noção de *devir*, que organiza o escrito, enfatiza o poder plástico das pessoas e a problemática intrincada de como viver ao lado, através, e apesar dos efeitos profundamente constrangedores das forças estruturais e materiais, que são elas próprias plásticas (Nietzsche 1955:10; Deleuze 2007:2, 124-128; Biehl & Locke 2010).

Pertencemos simultaneamente a múltiplos sistemas em que temos diferentes graus de agência. Sintonizada com a ideia de “múltiplas agências enredadas” (Barad 2007:33) e com a natureza instável e maleável dos campos sociais e das subjetividades, a antropologia do devir reconhece como o saber e o poder formam corpos, identidades e significados, e como as desigualdades moldam a vida, mas se recusa a reduzir as pessoas à ação de tais forças (Biehl & Locke 2017). Em vez de teorizar sobre as pessoas em termos de princípios fundamentais ou como totalmente condicionadas por estruturas e formas, a antropologia do devir atenta, assim, às agências negociadas e a possíveis transformações das pessoas. Considera também a mutabilidade e a contingência do poder em si – menos uma entidade sólida e estável e mais um produto maleável, constantemente pungido pelos devires das pessoas. A antropologia acolhe, assim, a incompletude. Corpos, poder e coisas não ficam petrificados.

A incompletude é pré-condição do devir, assim como seu produto. Uso, portanto, esse conceito de modo a chamar a atenção para uma importante característica do teorizar etnográfico: nosso trabalho começa sempre no meio da vida social, perpendicularmente a seus ritmos, afetos, surpresas (do trivial ao trágico) e urgências. “E assim cada aventura é um novo começo”, como diz o poeta T.S. Eliot, “uma incursão no inarticulado com pobre equipamento, sempre se deteriorando na confusão geral de sentimentos imprecisos...” (2004:354).

Entrementos/Devires

As categorias e as leituras em que nos apoiamos em nossas investigações antropológicas são continuamente desafiadas pela figuração, desfiguração e reconfiguração de sujeitos e modos de vida. Como coloca a filósofa Judith Butler (2015:43), “talvez o humano seja o nome que damos a esta negociação que emerge de uma criatura viva entre outras criaturas e no meio de formas de vida que nos excedem”.

Devires problematizam e desafiam nossas formas de conhecer e agir, como reconheceu Gregory Bateson no seu pioneiro livro *Naven* sobre ritual, masculinidade e poder na Nova Guiné (1958:257): “Meu trabalho de campo foi duro e desconectado [...] minhas próprias abordagens teóricas se mostraram vagas demais para serem de qualquer utilidade no campo [...] A escrita deste livro tem sido um experimento, ou melhor, uma série de experimentos, em métodos de pensar sobre material antropológico”, ou seja, devires nos levam a pensar no contrafluxo dos conceitos estabelecidos,

a considerar o incerto e o inesperado no mundo e a atentar ao ainda não pensado, ao que dialoga criticamente com a história e considera modos de existência abertos à improvisação. Como nossos sujeitos, contamos histórias para lidar com o mundo, e para entendê-lo e nele intervir. Enquanto os filósofos contam histórias com conceitos, as que contamos são criadas a partir de devires.

A tentativa de manter um pensamento aberto chama uma escrita experimental, em que nossas palavras são incorporadas pelas entrelinhas, como sugere Clarice Lispector (1973:21): "Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra morde a isca, alguma coisa se escreve. Uma vez que se pescou a entrelinha, podia-se com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a".

Quando os homens me atiram pra cima, já estou longe

Catarina e o seu dicionário, Torben Eskerod, 2001



“O que eu era no passado não tem importância”, dizia Catarina, uma jovem mulher que fora abandonada como louca e sem valor humano num asilo nos arredores de Porto Alegre chamado *Vita* – ironicamente, vida, numa língua morta (Biehl 2013). “No meu pensar, as pessoas esqueceram de mim”. Enquanto ela tentava se desprender das forças que a levaram à estação final da miséria e da morte social que era o *Vita*, Catarina produzia vitalidade num presente esgotado e escrevia seu dicionário, “pra eu não esquecer das palavras”.

“Quando os homens me atiram pra cima, já estou longe”, escreve Catarina, que fez de mim antropólogo. Sim, sistemas moldam os sujeitos e condicionam suas perspectivas, mas não aniquilam suas possibilidades de desvios e fugas. As pessoas podem, sim, simultaneamente estar emperradas e agir. A estagnação não é um nada: se ouvirmos de perto, com atenção e persistência, reconheceremos contraconhecimentos e contracondutas nas iterações desiguais do capital, da tecnologia e dos marcadores sociais da diferença.

“Quando os homens me jogam pra cima, já estou longe”. A frase de Catarina questiona nossas noções de tempo e espaço: está ao mesmo instante no ar e completamente noutra lugar. O que ela diz não é mero truque: é um modo, ainda que fugaz, de resistência; de habitar múltiplas temporalidades simultaneamente... de não se deixar reduzir a causalidades sistêmicas. Eu gosto de chamar essa subsistência de *entrementes de luta*. O análogo temporal ao que Gillian Rose (1992), em termos espaciais, descreve como *the broken middle* (“o meio quebrado”) em que vivemos. É um espaço precário, com certeza. Nele se reencena a tensão que nunca diminui entre a insistência no que pode ser generativo – a qualidade fugidia de Catarina – e a indexação de formas de dominação e sofrimento – Catarina sendo descartada e forçada ao estupor farmacêuticizado, como se sua morte fosse autogerada. A ideia de *generatividade inquietante* resume essa difícil tensão, a antecipação contida nas artes de existência das pessoas; o ato de improvisado que a frase de Catarina descreve e concretiza.

E uma última vez: “Quando os homens me jogam no ar, já estou longe”. A lógica incomputável, tão constitutiva da ética e da poética de Catarina, foge do nosso instrumental analítico. Ela evidencia os modelos insuficientes ou míopes de ciência e projeção que tentam estimar catástrofes presentes, mas que geralmente não só erram, como deixam nosso próprio presente borrado ou mesmo invisível para nós, como diz a antropóloga Adriana Petryna no seu trabalho sobre mudanças ambientais abruptas. Nossas ferramentas e percepções não conseguem explicar, por exemplo, como, por que e quando fogos repentinos se impelem e movem de forma devastadora contra o vento

– a natureza incontrolável por quaisquer sistemas de proteção. Petryna fala em uma “intrincada superestrutura da surpresa” (2017:248), expressão que cabe para pensar a frase fugidia de Catarina e que alerta para a necessidade de uma nova forma de nos relacionarmos com o que sabemos e não sabemos, o que podemos e não podemos observar e fazer acontecer.

Para descrever essa relação com o incerto e o desconhecido, Petryna (2017) usa o termo *horizoning* (*horizontar* ou *prospectar horizontes*): diante dos desafios presentes que só vislumbramos parcialmente, precisamos desenvolver as capacidades de improvisação e de “contínua autorreaprumação” (:260) como “uma forma de realizar a difícil mas necessária tarefa de tornar o futuro menos remoto” (:264). Tudo isto na esperança de que em momentos de perigo, como em nosso presente desafiador, o maior número possível de criaturas, humanas e não humanas, possamos estar plenamente engajados mas também já longe.

Os sujeitos etnográficos são experimentadores da vida e, por isso mesmo, elementos surpresa – imprevisíveis e capazes de mudar algo no nosso próprio pensamento. Permanecer aberto à complexidade dos entrelaçamentos entre biologia, meio ambiente, vida social e forças materiais de todos os tipos, e reconhecer – abraçar mesmo – o desconhecido pode nos inspirar a produzir uma ciência social mais humilde e experimental, mantendo nossa teoria mais multifacetada e sensível, nossos modos de expressão menos caricatos e, ao mesmo tempo, adaptáveis a fugas, rupturas e outros caminhos (Biehl 2013a).

Nos relatos que seguem insisto, portanto, numa dimensão antropológica – inacabada e imprecisa – do processo político. Ela se evidencia em zonas ou redes de experiências de sobrevivência que, mesmo a partir da sua fragmentação, redimensionam nosso pessimismo e o sentido do campo político (Didi-Huberman 2018; Hartman 2008; Fausto 2020). Defendo também uma teoria crítica não ancorada em visões apocalípticas, mas no poder de vivências imaginativas passadas e presentes – *arquivos insurgentes*, conforme as denomino – que persistem contra todas as probabilidades.

Realismo/Legalismo Mágico

Retorno ao Vita, Torben Eskerod, 2012



Nas Américas, vivemos em mundos esgotados, à beira do abismo. Ansiedade e anomia têm sido sentidas profundamente nos limites da autocracia e do capitalismo predatório, da degradação das infraestruturas e das alterações climáticas abruptas – tudo isso mediado pelo populismo extremo e pelos esforços estatais e empresariais para dismantlar agendas fragmentadas, embora significativas, de ampliação dos direitos socioeconômicos e ambientais. Em meio à impotência profunda das redes de seguridade social, há violência generalizada e disparidades abissais na saúde (Farmer 2005; Hogan et al. 2018) que a pandemia de COVID-19 aprofundou. Como temos visto, a COVID-19 continua a se espalhar e a matar de forma desigual em termos de idade, classe, raça, sexo e geografia, especialmente em contextos de viés autoritário e de negação da ciência (Biehl & Günay 2020; Caldwell & Araújo 2020; Griner 2020; Neiburg 2020; Vilaça 2020).

Enquanto metanarrativas tecnocráticas representam a realidade com mais e mais modelagens e medições opacas, nós, acadêmicos de perspectiva qualitativa, encaramos o fato de que nossas críticas, nos últimos anos, tomaram como certos as instituições democráticas e os avanços dos direitos humanos. Todos os tipos de generalizações míopes, crítica pela crítica e agendas políticas seletivas tornaram as análises sociais etnograficamente desconectadas, se não irresponsavelmente imateriais.

Muitos diagnósticos acadêmicos recentes transmitiram uma sensação de esgotamento de possibilidades. Em *Undoing Demos* [*Desfazendo o Demos*], a cientista política Wendy Brown argumenta que a invasão das ideias de livre concorrência de mercado em todas as esferas da vida estaria destruindo a democracia e transformando o âmbito político mais amplo. A sua avaliação é sombria: "O neoliberalismo é a racionalidade por meio da qual o capitalismo finalmente engole a humanidade" (Brown 2015:24). No livro *Cruel Optimism* [*Otimismo Cruel*], a crítica literária Lauren Berlant (2011) destaca o esfacelamento da fantasia de boa vida da economia do *laissez-faire* americano, que prometia mobilidade ascendente, estabilidade e igualdade para todos. Para Berlant, o desejo e a possibilidade de imaginar futuros alternativos já estão, de alguma forma, a serviço da lógica dos sistemas sociais fracassados – ou são apenas pensáveis dentro dela. Mas será que até mesmo o mais cruel dos otimismo não pode nos levar ao imprevisto?

"Sabemos que perderemos, mas continuamos tentando", afirmou Paola Bergallo,² professora e advogada do Centro de Direito e Transformação Social de Buenos Aires, em recente conferência sobre Políticas de Saúde Reprodutiva na Universidade de Princeton. Bergallo falava dos esforços de sua equipe e da mobilização de centenas de milhares de mulheres argentinas que foram às ruas e aos tribunais nos últimos anos para aumentar a conscientização sobre a violência doméstica, pressionar por leis mais rígidas de proteção às mulheres e pela legalização do aborto (Bergallo & Michel 2016).

Para grupos como o de Bergallo, é hora de expandir o constitucionalismo de direitos humanos que aflorou na América do Sul nas últimas décadas, com reformas cultivadas em âmbitos locais e com viés de gênero. Ela não concorda que estamos diante do "fim dos direitos humanos" (Rieff 2018; Moyn 2018) e rebate críticas que acusam de fúteis seus esforços "jurisgenerativistas" (Benhabib 2007) propondo uma abordagem imaginativa de longa duração: "Estamos fazendo um legalismo mágico", diz ela. "E quando a oportunidade política surgir, o que pode até mesmo acontecer em tempos conservadores, teremos nosso arsenal pronto para ação".

Ao rejeitar a absoluta desolação, Bergallo vê o atual ativismo legal feminista como parte de uma forma imperfeita de política, que ela teoriza como semelhante ao realismo mágico: a estratégia narrativa latino-americana que inclui elementos fantásticos numa ficção de tom realista e que foi canonizada no clássico *Cien años de soledad* [*Cem anos de solidão*], de Gabriel García Márquez (1967). Saudado por críticos como Homi Bhabha como "a linguagem literária do emergente mundo pós-colonial" (1995:6-7; Slemon 1995), o realismo mágico insiste que o tempo vivido não é redutível ao tempo do relógio – ou ao tempo dos historiadores.

Bergallo e companheiras apostam na ação imaginativa em meio a um presente incongruente; seu *legalismo mágico*, portanto, cria as condições de futuridade política.

Pacientes-cidadãos-consumidores

Nas duas últimas décadas, meus principais projetos etnográficos exploraram as novas geografias e políticas de acesso e de marginalização que se desenharam em torno da saúde mental (Biehl 2008, 2013) e do HIV/AIDS (Biehl 2007) num Brasil entre a redemocratização e a reestruturação econômica, e permeável à globalização farmacêutica. No cruzamento entre novas racionalidades biomédicas, farmacêuticas e instituições improvisadas de governo, emerge uma crescente tensão entre a saúde como bem público e privado. O cuidado se reconceitua como intervenção tecnológica em detrimento de uma prática relacional, e usuários de sistemas de saúde se tornam, muitas vezes, médicos de si mesmos e de seus familiares. Uma tal perspectiva etnográfica, que se forja no contexto da crescente *farmaceuticalização da saúde* (Biehl 2007a, 2011), mostra como a globalização econômica, as reformas estatais e médicas e a aceleração das reivindicações dos direitos humanos (mais especificamente do direito à saúde) coexistem e se emaranham com a transferência de recursos e responsabilidade a poderes locais e com mecanismos arbitrários de triagem que relegam formas específicas de vivência à morte social.

Em outras palavras, a saúde pública passa a ser entendida menos como prevenção e atenção primária e mais como acesso individual a medicamentos, enquanto os cuidados se terceirizam de esferas estatais para comunidades (com transferência de recursos para a sociedade civil organizada e com a expectativa de que iniciativas locais assumam a tarefa dos cuidados na saúde) – isto é, a saúde pública torna-se cada vez mais *farmaceuticalizada e privatizada*. Nesse contexto, o país está se tornando uma plataforma lucrativa da biomedicina global, com um dos mercados farmacêuticos de crescimento mais rápido no mundo. Estima-se que cerca de 50% da população adulta usem fármacos diariamente (Biehl 2013b:424). Compreender a nossa atual *farmaceuticalização da saúde* exige explicar o entrelaçamento de múltiplas forças sociais e econômicas na circulação e no consumo de fármacos, a materialidade química de medicamentos e as alterações físicas que provocam, e o papel que desempenham sobre a agência e os desejos de sujeitos hifenados: pacientes-cidadãos-consumidores (Biehl 2016). No processo, as fronteiras entre o frugal e o essencial à saúde e ao bem-estar se confundem (Biehl & Petryna 2013).

Seu Edgar e o remédio judicializado, Torben Eskerod, 2012



Minha atual pesquisa expande essas preocupações e aborda o fenômeno duplo da *farmaceuticalização* e da *judicialização da saúde* (Biehl 2013b, 2016; Biehl & Petryna 2013, 2016). Cada vez mais, as pessoas processam o Estado para obter medicamentos, provocando assim debates polarizados sobre o porquê, os "comos" e os efeitos desse fenômeno. Autoridades, meios de comunicação e estudos (a meu ver, fundamentados em informações limitadas) afirmam que o Judiciário extrapola o seu papel; que a judicialização gera um enorme peso administrativo e fiscal, alarga desigualdades no acesso à saúde e encoraja o uso de medicamentos de forma irracional. Muitos defendem a contenção da judicialização e até mesmo seu banimento (Gomes & Amador 2015; Ferraz 2011; Silva & Terrazas 2011).

Esta perspectiva considera demandas individuais como a antítese de uma suposta necessidade coletiva. Nela, políticas idealizadas ganham precedência sobre pessoas reais, ofuscando suas lutas e esperança por saúde. Em nosso estudo etnográfico e jurídico no Rio Grande do Sul (estado com o maior número de litígios para acesso a tratamentos no país), descobrimos que a judicialização é, de fato, uma prática amplamente difundida e que a maioria dos pacientes litigantes é formada por pobres e idosos que não vivem em áreas metropolitanas e que dependem de representação legal da defensoria pública (Biehl et al. 2012). Ao contrário do que apregoam relatos antijudicialização, a maioria dos litigantes solicita medicamentos de baixo custo que já fazem parte de listas do SUS e que deveriam estar disponíveis ao público. Muitos pacientes apresentam comorbidades e necessitam de múltiplos medicamentos para uso contínuo, o que reflete o caráter crônico das doenças que os afligem. Enquanto os programas de assistência farmacêutica

do governo nem sempre cumprem o seu papel, os pobres tentam fazer o sistema funcionar a seu favor. Na esmagadora maioria dos casos, os juízes decidem a favor dos pacientes (Biehl et al. 2016).

Defensoria Pública, fotografia do autor, 2012



A defensora pública Paula Souza, de Porto Alegre, diz que a Defensoria virou um "hospital jurídico": "A pessoa chega aqui muito doente e injustiçada pela falha das políticas públicas. Hoje em dia estamos aquém da medicina preventiva, e o conceito de saúde como bem-estar físico, mental e social já não existe mais. Mas essa é a medicina que eu pratico aqui"; continua a defensora: "ajudar as pessoas a sobreviverem e restaurarem seus direitos. Ainda que o remédio não lhes traga cura, a reivindicação também é pela dignidade delas". Aqui, o surgimento de novos sujeitos médico-jurídico-políticos depende do conhecimento das pessoas sobre o sistema legal e de sua capacidade de acioná-lo, com ajuda de mediadores como Souza, que facultam acesso às tecnologias legais e aos direitos que garantem. O Judiciário passa a ser um espaço crítico para a articulação de uma biopolítica de base, por meio da qual vários atores atualizam o contrato social (Biehl 2016a).

Como a defensora Souza, o juiz Eugenio Terra, encarregado de todos os casos relacionados à saúde em Porto Alegre, também avalia que a maioria das ações judiciais vem de pacientes pobres e desesperados procurando tratamentos que deveriam estar disponíveis no sistema público. "Eu estou fazendo a justiça social, um por um", diz o juiz Terra. "Quando eu emito uma liminar para o fornecimento de tratamento de câncer, eu também estou denunciando os serviços que não acompanham as necessidades da população".

Família e fórmulas metabólicas, Torben Eskerod, 2012



Processos legais dão apenas uma visão parcial das trajetórias dos pacientes. Vejamos, por exemplo, a história de Leticia, de 16 anos, e Katiele, de 9, e sua família migrante que mora nos arredores de Porto Alegre. Ambas sofrem de fenilcetonúria ou PKU, um distúrbio genético metabólico. A diferença é que a mais nova, Katiele, foi imediatamente diagnosticada através do teste do pezinho e tratada com uma combinação de dieta e medicamentos. Já Leticia não foi. Ela agora sofre de deficiência mental grave. Seu diagnóstico tardio só veio depois de a irmã nascer, quando o teste virou mandatório e a fórmula especial para bebês, necessária para prevenir o desenvolvimento da doença, universalmente disponível pelo SUS.

Seus pais, Marizete e Neri, recebem a fórmula infantil no posto de saúde, mas recorreram à Justiça para obter alimentos especiais que consomem parte significativa do orçamento familiar por serem muito mais caros que os comuns – que as irmãs não podem comer. Quando a fórmula esteve em falta no posto de saúde, o casal cogitou nova judicialização; contudo, no último momento, a médica das meninas, Dra. Paula Vargas,

conseguiu algumas latas da fórmula com outras famílias que as tinham estocadas. Como diz Marizete, "O que uma mãe consegue, ela ensina a outra. Daí uma vai se ajudando, até conseguir".

De fato, todos dependemos de relações sociais e de infraestruturas duradouras para "mantermos uma vida vivível", como diz Judith Butler (2015:20). A Dra. Vargas sabe que fracassos administrativos podem impactar diretamente as biológicas vulneráveis de seus pacientes. "Quando termina a fórmula, as famílias podem me chamar.. e eu tenho certeza de que eu posso encontrar fórmula para eles, mesmo quando o Estado não está fazendo o seu trabalho. Estes pacientes simplesmente não podem ficar sem. Seria um crime".

Fazendo a diferença

A recente epidemia de Zika marca a evolução dinâmica do litígio pelo direito à saúde no Brasil. O vírus da Zika chegou ao país em 2015 e estima-se que a síndrome congênita tenha afetado desde então mais de 3 mil crianças. No passado, o Brasil já controlou os mosquitos *Aedes* que carregam o vírus, mas anos de negligência permitiram sua proliferação. Como aponta a antropóloga Debora Diniz (2016), as mulheres que tiveram suas gravidezes afetadas pelo Zika eram, em sua maioria, nordestinas, negras, pardas e indígenas: mulheres não apenas sem acesso regular a cuidados básicos de saúde e informações sobre contracepção e planejamento familiar, mas pessoas cujas histórias e trajetórias as estatísticas e a ciência formal resistem mais a incorporar. O impacto do Zika sobre essas mulheres e suas famílias, vivendo dentre os segmentos mais pobres do país, mostra que o direito à saúde não é apenas individual, mas também coletivo, e que não se resume ao acesso ao tratamento, mas inclui prevenção, apoiada por uma ampla gama de políticas sociais.

A indignação em relação aos múltiplos determinantes sociais e políticos que alimentaram a epidemia de Zika propiciou, em 2016, a renovação do debate sobre os direitos reprodutivos e a descriminalização do aborto no Brasil (em consonância com os esforços na vizinha Argentina). "Dado o atual cenário político conservador, não era viável desafiar a criminalização do aborto no Congresso", disse-me recentemente a advogada Gabriela Rondon. Assim, ativistas feministas de direitos humanos vinculadas à organização Anis, em aliança com a Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), apresentaram ao Supremo Tribunal Federal uma petição baseada em direitos sociais, solicitando remédios e cuidados individuais e

coletivos para os afetados por Zika (Brasil 2016). A petição também contestou a criminalização do aborto, alegando que mulheres que contraem Zika durante a gravidez devem ter a opção de interrompê-la.

Em vez de recorrer às ideias de autonomia ou privacidade, as advogadas Gabriela Rondon e Sinara Gumieri evocaram os princípios constitucionais da dignidade humana e da cidadania. Seu argumento é que a criminalização do aborto reforça a cidadania de segunda classe de mulheres pobres, que se veem entre um aborto extremamente inseguro e a maternidade compulsória – enquanto, no mesmo contexto de ilegalidade, mulheres com renda mais alta podem exercer sua autodeterminação. Ecoando a observação de Paola Bergolli sobre o *legalismo mágico*, Rondon me disse: “Acreditamos que não há uma arquitetura ou roteiro preestabelecido para litigar a justiça reprodutiva, e cada novo caso representa continuidade e ruptura com debates e esforços anteriores. Precisamos ser criativas e sensíveis ao momento histórico e político para que, quando houver uma chance, possamos tirar a maior diferença social disso”. Vista desta perspectiva, a judicialização é parte da vida democrática do Brasil de hoje, algo a ser entendido em sua complexidade e heterogeneidade e, possivelmente, uma estratégia a ser reorientada de modo a promover direitos humanos substantivos. O Supremo Tribunal Federal extinguiu a ação em abril de 2020 alegando falta de legitimidade da Anadep para litigar a questão.³

Ainda que ações médico-jurídicas formuladas a partir de problemas que se evidenciam em lugares marginais do Brasil – e da América Latina – não produzam uma grande nova utopia, ou forneçam os meios para uma alternativa sistêmica ao neoliberalismo e ao autoritarismo presente, as mobilizações por direitos socioeconômicos duramente conquistados expressam uma democratização contínua da sociedade. As investidas das pessoas simples e de seus aliados e aliadas de “entrar na justiça”, questionando infraestruturas precárias e desafiando a *realpolitik* de órgãos executivos e legislativos, revelam também uma visão ambiciosa de justiça em escala local e um sentido distinto de política em andamento, mesmo em meio a um autoritarismo ressurgente. É diante disso que defendo que o momento atual requer menos a arrogância onisciente de esquemas analíticos totalizantes e mais uma ciência humana (e política) do incerto e do desconhecido.

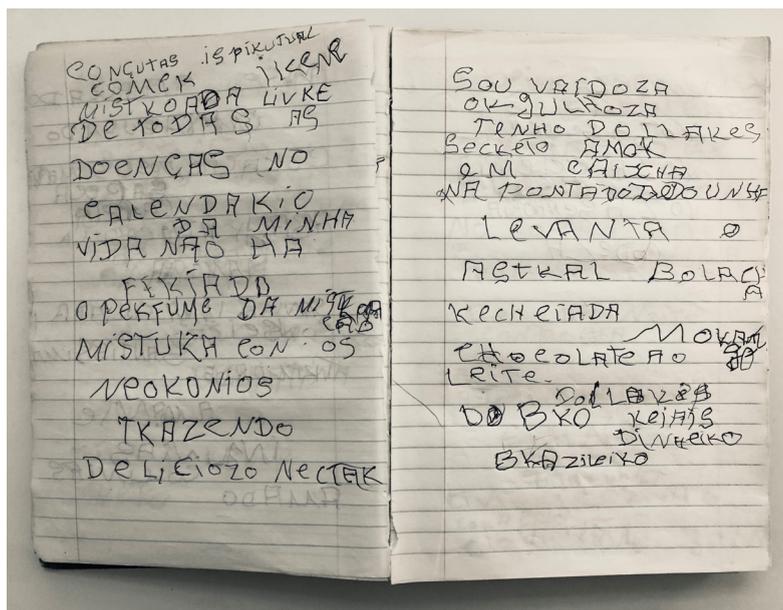
Volto a insistir na potência etnográfica de sensibilizar e matizar a atenção pública em relação ao que não é óbvio e ao que não está nos meios de comunicação de massa ou nos julgamentos das redes sociais. Refiro-me às artes de existir das pessoas, àquilo que elas consideram ser o real e os interesses políticos que forjam seu cotidiano. Esses registros mesclados

de precariedade e agência alertam para o perigo de se dar “o salto ligeiro do conceito para o mundo, esse hábito preconcebido do pensamento acadêmico”, como alerta a antropóloga Kathleen Stewart (2011). Assim como Catarina e nossas muitas professoras etnográficas, Stewart nos incita a desenvolver uma capacidade perceptiva distinta, conectada ao que está em fluxo, para nos tornarmos parte e parcela *não* da “Vida” em si ou de outras ideias com letras maiúsculas, mas sim de minúsculas “formas de vida” (2011a) e seus modos próprios de mapeamento e de escape e crítica. Como escrevera Catarina:

Sou mulherzinha livre
Pra voar
Mulher biônica
Separada

Ao aberto pela etnografia

Catarina Inês Gomes, Livro II, Dicionário



"Por que ele não deixa a Catarina finalmente descansar?", perguntou um importante antropólogo, há alguns anos, depois de ouvir uma apresentação em que sugeri que, na antropologia, somos desafiados a ouvir as pessoas – suas autopercepções, suas narrativas e seu próprio trabalho conceitual – com abertura para apreender a vida em suas refrações não monolíticas. Fui pego de surpresa e senti a pergunta do meu colega como uma violência epistêmica. Fiquei incomodado com a referência indireta, em terceira pessoa – "Por que ele não...?" –, e por ser chamado de repetitivo. Mas estas não foram as únicas razões para o meu desconforto. Eu sabia que tais provocações eram parte do teatro acadêmico. O que mais me incomodava era a sugestão de que Catarina e seu pensamento tinham se esgotado e que o encontro etnográfico visceral que tivemos e os acontecimentos que dele se desdobraram já não tinham qualquer relevância criativa.

Catarina certamente não queria ser calada, disse a mim mesmo. Ela adorava ouvir como a sua história e as suas palavras chegavam a um público mais vasto e diverso. Essa *não conversa acadêmica* me levou, no entanto, a pensar ainda mais rigorosamente sobre por que continuo a voltar aos meus diálogos com Catarina e às questões difíceis que a vida e o abandono dela me obrigaram a encarar. A etnografia nos conduz ao *aberto...* e permite que voltemos aos lugares onde o pensamento nasce e renasce.

Sinto-me atraído por esse campo etnográfico aberto – com sua miríade de enredos, duplos vínculos, imprevistos e fugas – e aos lampejos dialéticos nele engendrados (Benjamin 2002:463, 2004:37). Digo lampejos dialéticos pois o trabalho da etnografia gera imagens erráticas que carregam tanto a iminência de acontecimentos e mundos quanto a rendição criativa das pessoas através e para além da ameaça de aniquilação.

Penso, pois, que retorno à Catarina como que a um campo discursivo que, a cada passo de sua experimentação e de sua evolução, remete a seu criador ou a seu momento fundante. Em sua palestra "O que é um Autor?", Michel Foucault (1999:219, tradução minha) lembra ao público que "o retorno a" não é apenas um suplemento ou ornamento histórico: "Pelo contrário, constitui uma tarefa efetiva e indispensável para transformar a própria prática discursiva".

Para mim, isto levanta a questão do que distingue o sujeito da antropologia do sujeito da ciência. "O fato é que a ciência, se a considerarmos de perto, não tem memória", declarou Jacques Lacan (1989:18, tradução minha). "Uma vez constituída, ela esquece o caminho sinuoso pelo qual nasceu". Na verdade, é fundamental que o esqueça, ou apague, que oculte a historicidade de seu processo. Será que é esta forma de esquecer que permite, em certa medida, a sensação de certeza nas pretensões científicas à verdade?

O fato é que na ciência (e na filosofia, por sinal), quando presentes, os sujeitos humanos aparecem, de um modo geral, como nitidamente demarcados, genéricos e superdeterminados. Mas a etnografia permite outros caminhos e potenciais para os seus sujeitos – e para si própria.

A etnografia não é mera protofilosofia, mas uma forma de permanecermos ligados a processos sociais abertos, mesmo furtivos, e ao não pensado – é uma forma de contrabalançar certezas absolutas produzidas por outras disciplinas, e um método para iluminar o que é preciso negar para sustentar semblantes de verdade.

Sinto que devo tais retornos, a incompletude e a antecipação que eles preservam, à Catarina, que enquanto escrevia se rebatizou *Catkine*, mesclando *Catarina* ao medicamento *Akineton* que usava para combater efeitos colaterais de outras drogas. “Catarina não é nome de gente, é um instrumento que o homem usa”, ela me disse certa vez.

No *dicionário*, seu mar de palavras, encontrei estes versos pescados (como sugeriu Lispector):

Não escrava
Mas dona de casa

Dona da cama
Dona do quarto
Dona do banco
[Da] farmácia
[Do] laboratório

Preciso trocar meu sangue
por fortificante
remédio da farmácia
custa dinheiro
vivo caro

[Catarina]
Chora pra ir embora
Desejo
Aguado, orado, chorado
Lagrimado sentimental
Medroso, diabólico, traidor
O meu desejo não serve
Desejo é farmacêutico
Não serve pro circo

O futuro dos nossos filhos
Ciranda das ciências

Em nossos retornos aos encontros que nos marcaram e ao (re) conhecimento das condições e figuras humanas que coproduzimos, voltamos a aprender. Reconhecemos, assim, no interior das pessoas, uma riqueza inesgotável e um mistério. Afinal, como disse a antropóloga negra Zora Neale Hurston no seu clássico *Mules and Men [Mulas e Homens]*, de 1935, sobre a dificuldade de coletar histórias de descendentes de escravos no sul dos Estados Unidos, "Por vezes, são muito relutantes em revelar aquilo por que a alma vive" (1995:10).

Hoje, em face dos problemas planetários prementes e do horror político aparentemente inesgotável, priorizar o humano (com todas as suas mediações e incompletude) é comprometer-se com uma visão etnográfica do real, do ético e do político. Estas três dimensões correm o risco de erosão quando perigosas bandeiras anunciam que a hora dos "humanos direitos" chegou e quando, em nome da defesa da vida em geral – ou enveredando por vanguardas pós-humanas – arriscamo-nos a ceder terreno a forças pós-políticas que vão do biodeterminismo à racionalidade técnico-econômica.

Existem, claro, maneiras diversas de revisitar nossos sujeitos etnográficos. Penso aqui nos arquivo afetivos que permitiram a Claude Lévi-Strauss escrever *Tristes Tropiques* (1996:41): "De forma inesperada, entre mim e a vida o tempo alongou seu istmo; foram necessários vinte anos de esquecimento para me levarem ao *tête-à-tête* com uma experiência antiga cujo sentido me fora recusado, e a intimidade, roubada, outrora, por uma perseguição tão longa quanto a Terra". Na coletânea *Saudades do Brasil*, ele diz que, enquanto as fotografias tiradas indexam a evisceração da diversidade que acompanha os tempos modernos, os seus cadernos de campo continuavam a carregar a sensação da própria experiência. Neste belo momento de precariedade proustiana, o antropólogo diz (1994:9): "Quase indiscernível após mais de meio século, esse vestígio [o cheiro do creosoto com que saturava as bagagens para as expedições], no entanto, torna imediatamente presentes os cerrados e as florestas do Brasil Central, componente indissociável de outros odores, humanos, animais e vegetais, e também de sons e de cores. Pois, por mais fraco que tenha ficado, esse odor, perfume para mim, é a coisa mesma, uma parte sempre real do que vivi".

O regresso literal ao campo, por sua vez, permite a emergência de uma perspectiva longitudinal que nos oferece uma visão não só de como o tempo atua sobre nossa razão e sensibilidade, mas também (e mais importante) de como o próprio mundo se move, de um horizonte a outro. Retornos abrem um

espaço crítico para examinar o que acontece no *entrementes*: como destinos se desenham, como mudanças realmente acontecem, e o que sustenta a persistência de condições intoleráveis – como vi nos meus retornos ao Vita ao longo dos anos, e em novos envolvimento com a família de Catarina. Digo “envolvimentos” porque, em contraste com os sujeitos agregados de estudos estatísticos e com as figuras inventadas da filosofia, os nossos sujeitos etnográficos têm um futuro; um futuro do qual participamos de formas inesperadas. As suas histórias tornam-se parte das histórias que contamos, e nós também nos tornamos parte das suas histórias de vida.

O que poderia vir a ser

No final de 2014, recebi um e-mail. De início, o nome da remetente nada me disse. No campo do assunto se lia: “*Sr. João Guilherme | assunto DMJ | Caso Familiar | Vita*”.

“Bom dia, Sr. João Guilherme”, seguia a mensagem, de maneira jovial e respeitosa. “É um grande prazer estar lhe enviando este e-mail”. A mensagem parecia importante para ela. “Recebi seu contato do Sr. Magnus do Centro Vita, aqui no Rio Grande do Sul, Brasil”. Ou seja, ela fora ao Vita, buscando estabelecer contato com o antropólogo que Catarina conhecera.

“Meu nome é Andrea”, ela continuava e, a essa altura, eu já a havia reconhecido. “Estou procurando pelo senhor pelo seguinte... sei que vai se lembrar do meu caso”.

Como eu poderia não lembrar?

Eu me senti profundamente implicado. A comunicação não falava de uma pessoa só, ela invocava a memória de “seu caso”: uma história mais ampla, da qual ela fazia parte: “Eu sou a filha de Catarina Inês Gomes que passou anos no Vita com a doença de Machado-Joseph e você acompanhou o seu caso”.

O trabalho etnográfico *com* Catarina engendrara algo no mundo, algo que se remanifestava anos mais tarde com aquele e-mail. Enquanto Catarina buscava se desprender das lógicas que a levaram ao abandono, Andrea (que havia sido dada para adoção quando recém-nascida, no auge do suposto surto da mãe) tentava agora recuperar algo do não vivido.

Andrea sabia que aquelas pessoas e instituições que consideraram sua mãe improdutiva, louca, e sem o direito a ser cuidada tinham acabado com sua existência: tornaram-na *ex-humana*. Ao explorar como Catarina se tornou empiricamente um caso de loucura e abandono, no entanto, a etnografia lançou luz sobre as várias encruzilhadas ou situações nas quais outras escolhas poderiam ter sido feitas: os restos subjuntivos que também

compõem uma vida. Assim, a etnografia fez do caso individual uma abertura dentro da realidade, impulsionando múltiplas reflexões éticas e indicando outros caminhos possíveis.

"Gostaria de fazer o teste genético para saber se sou negativa ou positiva". Andrea queria saber se tinha a doença de Machado-Joseph. Antes de falecer, Catarina fora diagnosticada com essa doença neurodegenerativa, mascarada durante muito tempo, segundo seus médicos, pela hiperdosagem de psicofármacos a que fora submetida.

Eu não sabia como responder ao pedido de Andrea por um diagnóstico de uma doença sem cura. Era como se a biologia mutante a tornasse de fato a filha da mãe que não tivera. Fui remetido de volta à tensão central do meu trabalho com Catarina: como sustentar um senso de esperança, mesmo quando a morte paira no ar.

"Sou muito grata por você ter atendido à minha mãe... Por favor, confirme que recebeu esta mensagem", pedia Andrea no e-mail. "Você é muito importante na minha história e na minha família. Eu espero que você se lembre de mim ou da minha família de que você se tornou parte". "Estou enviando este e-mail do trabalho", disse ela em um P.S., trazendo mais uma dimensão, a de sua ocupação, além de família, biologia e história para o *aberto etnográfico* que se constituiu entre os circuitos da pesquisa de campo, do cuidado, e da ação do tempo.

Começamos uma conversa por e-mail e Skype e, não sem relutância, coloquei-a em contato com a médica que havia testado e tratado sua mãe e seu irmão mais velho, Adriano, que também sofria da doença de Machado-Joseph e que, como fiquei sabendo, estava passando por muitas dificuldades.

Um ano mais tarde, Andrea me enviou um e-mail e perguntou se podíamos conversar. Pensei que ela queria compartilhar o resultado do teste genético. Mas não foi isso. "Minha irmã e eu nos encontramos no Facebook", ela queria contar. Ela estava tão feliz. A última vez que Andrea vira sua irmã mais velha, Adriana (criada, junto com Adriano, por uma avó paterna), fora no funeral de Catarina, em 2003. "Vi a mensagem dela num domingo de manhã, quando acordei. Consegues imaginar? Chorei muito".

"E que coincidência," continuou Andrea: "Era o Dia dos Mortos, e eu já tinha comprado flores para levar para a sepultura da minha mãe".

O memorial que eu havia ajudado a fazer, insistindo na verdade irreduzível que uma mulher chamada Catarina Inês Gomes tinha um dia caminhado sobre a Terra, foi o local onde as personagens da "tragédia gerada na vida" (segundo as palavras de Catarina) se encontraram para dar vida a uma história um pouco diferente, e para se reenvolver: "Foi ali que nos encontramos, em frente aos restos mortais da nossa mãe".

Esta é uma foto que Adriana tirou do túmulo de Catarina, com as flores que ela e sua irmã trouxeram.

Celular de Andrea, fotografia do autor, 2015



As irmãs procuraram Adriano, o irmão mais velho que fora diagnosticado com a doença de Machado-Joseph e que estava vivendo sozinho. Com a progressão da sua doença, a mulher deixou-o por outro homem, levando as crianças consigo. Sobrevivendo com o parco auxílio-doença, Adriano tinha encontrado um consolo numa igreja evangélica que frequentava diariamente.

A descendência dispersa de Catarina agora se aproximava. O desejo que a sustentou no *Vita* se realizava: "Recomeçar uma casa", dizia ela. E agora era Andrea que concretizava esta visão: "Isso é muito importante para mim. O que está acontecendo é o tijolo que faltava na minha construção".

Disse-lhe que gostaria de encontrar a família que estava se remontando e de ler com eles partes do livro *Vita* e do Dicionário de Catarina.

Como o amor de alguém

Encontramo-nos em janeiro de 2016 em Novo Hamburgo, o lugar dos meus começos, partidas e retornos.

Andrea foi a primeira a chegar.

Ela estava ansiosa por me mostrar uma fotografia dela quando era bebê, nos braços de Catarina. "É a única imagem que tenho dela... Adriana a encontrou no meio das coisas velhas da nossa avó e mandou pra mim pelo celular".

Catarina e Andrea, fotografia do autor, 2015



Uma imagem que resiste ao tempo, o vestígio persistente do cuidado e do vínculo.

Para minha surpresa, a outra coisa que Andrea queria mostrar era uma pasta contendo um artigo sobre a Catarina que eu havia publicado em português (Biehl 2008). "Encontrei na internet... Fiquei feliz por poder compreender a maior parte das coisas", disse ela com um sorriso.

A imagem e o texto etnográfico mantinham viva a presença de Catarina. Permitiam que Andrea vivenciasse o que lhe tinha sido tirado. Mediavam o contato e a relação humana que ela tanto desejava. E serviam de plataforma para repensar as ordens existenciais e morais, pois a destruição delas nunca é absoluta e as comunidades de desejo persistem (Didi-Huberman 2018).

Andrea estava agora trabalhando como recepcionista numa agência da Unimed. "Também estou indo atrás do meu sonho", ela acrescentou: "Acabei de começar a escola de enfermagem".

Fiquei maravilhado. A filha que Catarina foi impedida de criar estava agora praticando a arte de cuidar. Eu perguntei o porquê.

"Assim como a minha mãe no Vita, as pessoas doentes têm muito pra falar, respondeu Andrea. "Mas tão pouca gente pra escutar, ninguém se atém muito ao que a pessoa está sentindo. Gosto de dar uma mão pra quem está passando por uma dificuldade".

O abandono de Catarina estava no cerne da sua vocação, do seu sentido de presença e do seu propósito de vida, pensei. E fiquei atônito com a ética relacional de cuidado que ela expressou: "Cada paciente que a gente cuida

é o amor de alguém... e isto é que eu gostaria que realmente tivessem feito com a minha mãe... Cuidar como se aquela pessoa fosse o bem, o amor de alguém”.

Era como se Andrea escrevesse um apócrifo para a história de vida de Catarina, ela própria um “-n”, nas palavras de Aparecida Vilaça:⁴ “sempre apontando para um ‘outro’ ausente”.

Antes da chegada dos irmãos, Andrea ainda confidenciou – para meu grande alívio – que o seu teste genético tinha dado negativo. Ela me pediu para não mencionar nada durante o almoço: “Não quero que Adriano se sinta mal por ser o único com a doença”.

Finalmente, um tio deixou Adriano e Adriana no restaurante. Ambos viviam na cidade vizinha de Montenegro. Com o avanço da doença e muita dificuldade de caminhar, Adriano tinha se mudado para a casa da avó paterna.

Durante o almoço, foi comovente ver a forma carinhosa como os irmãos interagem, as piadas que contavam, as troças que faziam um do outro... Trouxe exemplares da nova edição do *Vita* para eles e li partes do dicionário de Catarina:

Com A escrevo Amor
Com R Recordação
Dentro do seu e o meu coração
Fazer as pazes com o tempo
Com as horas, minutos e segundos
Com o relógio
Calendário
Ficar de bem com todos
Principalmente a caneta

Faço amor em pensamento para espantar o frio

Meu espírito de amor ninguém consegue pegar

Ninguém assume o tempo exato
O que será do mundo?

“A nossa mãe era tão inteligente”, reagiu Andrea. A arte (do viver e da poesia) de Catarina/Catkiné continuava a vibrar para além da sua morte, persistindo de uma forma que a memória por si não sustenta.

Andrea tinha mais um pedido ao antropólogo que tinha “acompanhado” o caso de Catarina: “Você pode, por favor, me dizer: o que minha mãe ficava pensando no Vita?”.

Lembrei das palavras de Catarina: “No meu pensar, as pessoas esqueceram de mim”. Mas não as repeti. Andrea estava agora a viver (com os seus irmãos, com o seu companheiro e a sua família, com os pacientes por vir) o futuro de Catarina. E porque a sua pergunta alimentou um desejo que partilhámos – de que o sujeito etnográfico possa resistir ao confinamento e reaparecer através do aberto que esculpimos –, optei por ler outra estrofe:

Gosto o jeitinho que sou
O jeitinho que eu me conheço

Todos os jeitos possíveis, nas suas palavras.

Gary Hurst in collaboration with João Biehl, *CATARINA's Dictionary-Timed*, 2014



Recebido em 03 de novembro de 2020

Aprovado em 01 de dezembro de 2020

João Biehl

Professor de Antropologia e Diretor do Brazil LAB na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Biehl é autor de *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment* e *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival*, e editor de *Unfinished: The Anthropology of Becoming, When People Come First: Critical Studies in Global Health e Subjectivity: Ethnographic Investigations*.

<https://orcid.org/0000-0003-4843-4804>

Email: jbiehl@princeton.edu

Website: <http://joaobiehl.net/>

Agradecimentos

Agradeço a Arbel Griner e a Lucas Prates por seu engajamento crítico com este ensaio e por sua perspicaz e generosa ajuda editorial. Agradeço também a Federico Neiburg, Carlos Fausto, Aparecida Vilaça, Claudia Fonseca, Peter Locke e Adriana Petryna por estimulantes conversas. Muito obrigado a Torben Eskerod pela colaboração etnográfico-fotográfica de longa data e pelo direito de uso de suas imagens neste ensaio. Tem sido um grande prazer colaborar com o artista Gary Hurst no Projeto *CAtArINa's Dictionary* e agradeço-lhe a autorização para utilizar uma das suas imagens no artigo.

Notas

1 A pintura de Alice Neel, *Black Drafee (James Hunter)*, foi apresentada na exposição *Unfinished: Thoughts Left Visible*, no Metropolitan Museum of Art em Nova York, em 2016. "Não pensamos que [James Hunter] tenha morrido, pois o seu nome não está no Memorial dos Veteranos do Vietnã, em [Washington] D.C.", disse Kelly Baum, uma das curadoras da exposição. "Mas não sabemos o que aconteceu com ele" (Baum et al. 2016; Swanson 2016).

Vide a obra de Alice Neel no The Met: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/656757>

2 Palestra intitulada "Law and Reproductive Health Politics in an Unjust World: Perspectives from Across the Americas", realizada na Universidade de Princeton em 13 abr. 2018.

3 Vide Supremo Tribunal Federal, "STF julga prejudicada ação sobre lei de combate a doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*": <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442504>. Acesso em 01/11/2020.

4 Palestra realizada no Departamento de Antropologia da Universidade de Princeton, em 6 fev. de 2020. Para mais informações: <https://brazillab.princeton.edu/events/forest-mathematics-unstable-sets-indigenous-amazonia>. Acesso em 12/10/2020.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. 2019. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Livros.
- BARAD, Karen. 2007. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham: Duke University Press.
- BATESON, Gregory. 1958. *Naven*. Palo Alto: Stanford University Press.
- BAUM, Kelly; BAYER, Andrea & WAGSTAFF, Sheena. 2016. *Unfinished: Thought Left Visible*. New York: Metropolitan Museum of Art.
- BENHABIB, Seyla. 2007. "Democratic Exclusions and Democratic Iterations: dilemmas of 'just membership' and prospects of cosmopolitan federalism". *European Journal of Political Theory*, 6:445-462.
- BENJAMIN, Walter. 2002 [1940]. *The Arcades Project*. Translated by Howard Eiland and Kevin McLaughlin. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- _____. 2004 [1915]. "The Life of Students". In: M. Bullock & M.W. Jennings (eds.), *Walter Benjamin: Selected Writings, 1: 1913-1926*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BERGALLO, Paola & MICHEL, Agustina. 2016. "Constitutional Developments in Latin American Abortion Law". *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 135:228-231.
- BERLANT, Lauren. 2011. *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press.
- BHABHA, Homi. 1995. *Nation and Narration*. London: Routledge.
- BIEHL, João. 2007. *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2007a. "Pharmaceuticalization: AIDS Treatment and Global Health Politics". *Anthropological Quarterly*, 80 (4):1083-1126.
- _____. 2008. "Antropologia do Devir: Psicofármacos – abandono social – desejo". *Revista de Antropologia*, São Paulo, 51 (2):413-449.
- _____. 2011. "Antropologia no campo da saúde global". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 17 (35):257-296.
- _____. 2013. *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment* (Updated with a New Afterword and Photo Essay). Berkeley: University of California Press.
- _____. 2013a. "Ethnography in the Way of Theory". *Cultural Anthropology*, 28 (4):573-597.
- _____. 2013b. "The Judicialization of Biopolitics". *American Ethnologist*, 40 (3):419-436.
- _____. 2016. "Patient-Citizen-Consumers: The Judicialization of Health and the Metamorphosis of Biopolitics". *Revista Lua Nova*, 98:77-105.
- _____. 2016a. "The Postneoliberal Fabulation of Power: On Statecraft, Precarious Infrastructures, and Public Mobilization in Brazil". *American Ethnologist*, 43 (3):437-450.
- BIEHL, João & GÜNAY, Onur. 2020. "How to Teach Anthropology in a Pandemic?". *Somatosphere*, 25 maio. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/how-to-teach-anthropology-in-a-pandemic.html>. Acesso em 10/10/2020.
- BIEHL, João & LOCKE, Peter. 2010. "Deleuze and the Anthropology of Becoming". *Current Anthropology*, 51 (3):317-351.

- _____. 2017. "Ethnographic Sensorium". In: J. Biehl & P. Locke (eds.), *Unfinished: The Anthropology of Becoming*. Durham: Duke University Press. pp. 1-38.
- BIEHL, João & PETRYNA, Adriana. 2013. "Legal Remedies: Therapeutic Markets and The Judicialization of the Right to Health". In: ____ (eds.), *When People Come First: Critical Studies in Global Health*. Princeton: Princeton University Press. pp. 325-346.
- _____. 2016. "Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 23 (1):173-192.
- BIEHL, João; AMON, Joseph J.; SOCAL, Mariana P & PETRYNA, Adriana. 2012. "Between the Court and the Clinic: Lawsuits for Medicines and the Right to Health in Brazil". *Health and Human Rights*, 14 (1):1-17.
- BIEHL, João; SOCAL, Mariana P. & AMON, Joseph J. 2016. "The judicialization of health and the quest for state accountability: Evidence from 1,262 lawsuits for access to medicines in Southern Brazil". *Health and Human Rights Journal*, 18:209-220.
- BRASIL. 2016. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 5581*. Petição Inicial. Disponível em: <https://www.jota.info/wp-content/uploads/2016/08/ADI-Inicial-23.08.16-Assinado.pdf>. Acesso em 11/10/2020.
- BROWN, Wendy. 2015. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books.
- BUTLER, Judith. 2015. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- CALDWELL, Kia L. & ARAÚJO, Edna M. de. 2020. "COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery". *The Conversation*. 10 jun. Disponível em: <https://theconversation.com/covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>. Acesso em 10/10/2020.
- DAVIS, Angela. 2003. *Are Prisons Obsolete?* New York: Penguin Random House.
- DELEUZE, Gilles. 2007. *Two Regimes of Madness: Text and Interviews 1975-1995*. New York: Semiotexte.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. 2018. *Survival of the Fireflies*. Translated by Lia Swope Mitchell. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- DINIZ, Debora. 2016. *Zika: Do Sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ELIOT, T.S. 2004 [1971]. *Poesia*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX.
- FARMER, Paul. 2005. *Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor*. Berkeley: University of California Press.
- FAUSTO, Carlos. 2020. "Under Heavy Fire: Brazil and the Politics of Anti-Memory". *Latin American Antiquity*, 31 (2):247-255.
- FERRAZ, Octavio L.M. 2011. "Harming the Poor through Social Rights Litigation: Lessons from Brazil". *South Texas Law Review*, 89:1643-68.
- FOUCAULT, Michel. 1999. "What Is an Author?". In: J. Faubion (ed.), *Aesthetics, Methods and Epistemology*. New York: The New Press.
- GILMORE, Ruth Wilson. 2007. *Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California*. Berkeley: University of California Press.

- GLAUDE JR., Eddie S. 2020. *Begin Again: James Baldwin's America and Its Urgent Lessons for Our Own*. New York: Penguin Random House.
- GOMES, Vanessa Santana & AMADOR, Tânia Alves. 2015. "Studies Published in Indexed Journals on Lawsuits for Medicines in Brazil: A Systematic Review". *Cadernos de Saúde Pública*, 31:451-62.
- GRINER, Arbel. 2020. "Pandemia, farmacologia e biopoder – ou sobre meu encontro com o SARS-CoV2 e Rosa B". Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social. Coluna Pandemia, Cultura e Sociedade. 22 maio. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/05/22/pandemia-farmacologia-e-biopoder-ou-sobre-meu-encontro-com-o-sars-cov2-e-rosa-b-por-arbel-griner/>. Acesso em 11/10/2020.
- HARTMAN, Saidiya. 2008. "Venus in Two Acts". *Small Axe*, 12 (2):1-14.
- HOGAN, Vijaya K. et al. 2018. "'We black women have to kill a lion everyday': an intersectional analysis of racism and social determinants of health in Brazil". *Social Science & Medicine*, 199:96-105.
- HURSTON, Zora Neale. 1995. "Mules and Men". In: Z. N. Hurston, *Folklore, Memoirs, & Other Writings*. New York: Penguin Books. pp. 1-268.
- KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LACAN, Jacques. 1989. "Science and Truth". *Newsletter of the Freudian Field*, 3:4-29.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1994. *Saudades do Brasil*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1996. *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.
- LISPECTOR, Clarice. 1973. *Água viva*. Rio de Janeiro: Editora Artenova.
- _____. 1977. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. 1967. *Cien años de soledad*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- MOYNS, Samuel. 2018. *Not Enough: Human Rights in an Unequal World*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- NEIBURG, Federico. 2020. "Life, Economy, and Economic Emergencies". *SASE Newsletter*, July. Disponível em: <https://sase.org/newsletter-summer-2020/life-economy-and-economic-emergencies/>. Acesso em 11/10/2020.
- NIETZSCHE, Friedrich. 1955. *The Use and Abuse of History*. New York: Macmillan.
- PETRYNA, Adriana. 2017. "Horizoning". In: J. Biehl & P. Locke (eds.), *Unfinished: The Anthropology of Becoming*. Durham: Duke University Press. pp. 243-269.
- RALPH, Laurence. 2020. *The Torture Letters: Reckoning with Police Violence*. Chicago: University of Chicago Press.
- RIBEIRO, Djamilia. 2018. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- RIEFF, David. 2018. "The End of Human Rights? Learning from the Failure of the Responsibility to Protect and the International Criminal Court". *Foreign Policy*, 9 abril. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/04/09/the-end-of-human-rights-genocide-united-nations-r2p-terrorism/>. Acesso em 11/10/2020.
- ROBINSON, Cedric. 1997. *Black movements in America*. New York: Routledge.
- ROSE, Gillian. 1992. *The Broken Middle*. Cambridge, MA: Wiley-Blackwell.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2013. *Folha Explica: Racismo no Brasil*. São Paulo: PubliFolha.
- SHANGE, Savannah. 2019. *Progressive Dystopia: Abolition, Antiblackness, and Schooling in San Francisco*. Durham: Duke University Press.
- SILVA, Virgílio Afonso da & TERRAZAS, Fernando Vargas. 2011. "Claiming the Right to Health in Brazilian Courts: The Exclusion of the Already Excluded?". *Law and Social Inquiry*, 36:825-53.
- SLEMON, Stephen. 1995. "Magical Realism as Postcolonial Discourse". In: L. P. Zamora & W. B. Faris (eds.), *Magical Realism: Theory, History, Community*. Durham: Duke University Press. pp. 407-26.
- STEWART, Kathleen. 2011. "Precarity's Form". Paper apresentado na reunião anual da American Anthropological Association. 25 nov. Disponível em: <https://supervalentthought.com/sensing-precariety-allison-stewart-garcia-berlant-mclean-biehl/>. Acesso em 11/10/2020.
- _____. 2011a. "Atmospheric Attunements". *Environment and Planning D: Society and Space*, 29 (3):445-453.
- SWANSON, Carl. 2016. "What Happened to 'James Hunter Black Draftee'? A Mystery at the Met Breuer". *Vulture: Devouring Culture*. Disponível em: <https://www.vulture.com/2016/03/are-you-the-guy-in-this-famous-met-painting.html>. Acesso em 11/10/2020.
- VILAÇA, Aparecida. 2020. *Morte na Floresta*. São Paulo: Todavia.
- VITALE, Alex S. 2018. *The End of Policing*. New York: Verso.

**DO INCERTO AO INACABADO:
UMA APROXIMAÇÃO COM A
CRIAÇÃO ETNOGRÁFICA****Resumo**

As criações etnográficas têm a sua origem na indeterminação dos nossos interlocutores e na plasticidade dos seus modos de vida e mundos locais. Este ensaio enfatiza a dimensão inacabada das pessoas no contexto de um Brasil quebra-cabeça, marcando futuros num presente violento e incerto e transformando-se através de relações, coisas, reivindicações, cuidado e busca de alternativas. A noção de *devenir*, que organiza o escrito, enfatiza o poder plástico das pessoas e a problemática intrincada de como viver ao lado, através, e apesar dos efeitos profundamente constrangedores das forças estruturais e materiais, que são elas próprias plásticas. Os sujeitos etnográficos são experimentadores da vida e, por isso mesmo, elementos surpresa – imprevisíveis e capazes de mudar as ecologias do saber. Permanecer aberto à complexidade dos entrelaçamentos entre biologia, meio ambiente, vida social e forças materiais de todos os tipos, e reconhecer – abraçar mesmo – o desconhecido podem nos inspirar a produzir uma ciência social mais humilde e experimental, mantendo nossa teoria mais multifacetada e sensível, nossos modos de expressão menos caricatos e, ao mesmo tempo, adaptáveis a fugas, rupturas e outros caminhos.

Palavras-chave: Antropologia do *devenir*, Plasticidade, Teoria e poética etnográficas, Indeterminação e incompletude.

**FROM THE UNCERTAIN TO THE
UNFINISHED: AN APPROXIMATION
WITH ETHNOGRAPHIC CREATION****Abstract**

Ethnographic creations originate from the indeterminacy of our interlocutors and the plasticity of their ways of life and local worlds. This essay emphasizes the unfinished dimension of people in a puzzling Brazil, marking futures in a violent and uncertain present and transforming themselves through relationships, things, claims, care and imagination. The notion of becoming, which organizes this writing, emphasizes the plastic power of people and the intricate problematics of how to live alongside, through and despite the profoundly constraining effects of structural and material forces, which are themselves plastic. Ethnographic subjects are life experimenters and, therefore, elements of surprise - unpredictable and capable of changing the ecologies of knowledge. Remaining open to the complexity of the intertwining of biology, environment, social life and material forces of all kinds, and recognizing - even embracing - the unknown can inspire us to produce a more humble and experimental social science, keeping our theory more multifaceted and sensitive, our modes of expression less caricatured and, at the same time, open to escapes, ruptures and other paths.

Keywords: Anthropology of becoming, plasticity, ethnographic theory and poetics, indeterminacy and unfinishedness.

DE LO INCIERTO A LO INACABADO: UNA APROXIMACIÓN CON LA CREACIÓN ETNOGRÁFICA

Resumen

Las creaciones etnográficas se originan en la indeterminación de nuestros interlocutores, en la plasticidad de sus formas de vida y de sus mundos locales. Este ensayo subraya la dimensión inacabada de las personas en el contexto de un Brasil "rompecabezas", apuntando futuros en un presente violento e incierto, que se transforma a través de relaciones, de cosas, de reivindicaciones, cuidados e imaginaciones. La noción del devenir, la cual organiza el artículo, enfatiza las capacidades plásticas de las personas y la cuestión intrincada de cómo vivir al lado, a través y a pesar de los efectos de las fuerzas estructurales y materiales que son, ellas propias, también plásticas. Los sujetos etnográficos experimentan la vida y, por lo tanto, los elementos de sorpresa, imprevisibles y capaces de cambiar las ecologías del conocimiento. Permanecer abierto a la complejidad de los entrelazamientos entre biología, medio ambiente, vida social y fuerzas materiales de todo tipo, y reconocer (más que eso: abrazar) lo desconocido, puede inspirar una ciencia social más humilde y experimental, cultivando teorías multifacéticas y sensibles, modos de expresión menos caricaturales y, al mismo tiempo, más adecuados a las fugas, a las rupturas y a los caminos inesperados.

Palabras clave: Antropología del devenir, plasticidad, teoría y poética etnográfica, indeterminación e incompletude.